

SECRETARIA DE TURISMO

ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1408/2022

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Este TERMO DE REFERÊNCIA, visa orientar na contratação de empresa de engenharia especializada em instalação de sistema de proteção contra incêndio e Pânico, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

1.2. O art. 6º, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993, estabelece as definições de obras e serviços e o Manual de Obras e Serviços de Engenharia - Advocacia-Geral da União, assim explicita:

1.2.1. "O Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU segue o mesmo raciocínio e propõe a seguinte solução (Item 83.4):

- a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;
- b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;

1.3. Nesse ponto, há semelhança com o conceito formulado pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, para o qual reforma consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual (Orientação Técnica IBR n. 02/2009).

1.4. Consequentemente, serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

CONSIDERANDO que a Resolução nº 1.116, de 26/04/2019, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA não deve nem pode produzir efeitos restritivos em relação à compreensão do agente público competente acerca do enquadramento de um determinado serviço de engenharia como serviço comum.

CONSIDERANDO o dilema decisório acerca da caracterização de um determinado serviço de engenharia como comum, o agente público federal deve agir de forma técnica, lastreado nos elementos apresentados pela Lei nº 10.520/2002 e na pertinente regulamentação dos competentes órgãos do Poder Executivo Federal.

SECRETARIA DE TURISMO

Portanto, prevalece o enquadramento técnico e individual do referido objeto como serviços comuns de engenharia - para os quais é acertada (e obrigatória) a adoção da modalidade licitatória pregão.

1.5. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

O Presente termo estabelecem as condições e requisitos técnicos que deverão ser obedecidos pela CONTRATADA na execução dos serviços e em conjunto com os projetos anexos na licitação, Normas Técnicas Brasileiras aqui citadas ou não, ou ainda aquelas que porventura venham a substituí-las, servirá de documento hábil a ação da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA, antes do início de qualquer uma das atividades relacionadas com o serviço deve ter, obrigatoriamente, conhecimento total e perfeito dos projetos fornecidos pela contratante na licitação, com respectivo memorial descritivo e especificações, TERMO DE REFERÊNCIA e das condições locais onde será prestado o serviço.

Encontram-se anexos ao processo de licitação de implantação do Projeto de Combate a Incêndio e Pânico todos os projetos necessários para sua execução.

A CONTRATADA, nos termos da legislação vigente, assume integral responsabilidade técnica e civil sobre todos os materiais e serviços adotados na execução.

A CONTRATADA fornecerá todos os materiais, mão-de-obra e o maquinário necessário para a realização dos trabalhos previstos em detalhes constantes do presente memorial, isto é, serviços preliminares, estruturas, equipamentos, impermeabilizações etc. Para prestação do serviço projetado o presente memorial não limita a aplicação da boa técnica e experiência por parte da CONTRATADA, indicando apenas as condições mínimas necessárias as quais deverão obrigatoriamente atender às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), COSCIP e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, quanto a sua execução e aos materiais empregados.

A execução dos serviços obedecerá rigorosamente aos projetos anexos na licitação e estas especificações, não podendo ser inserida qualquer modificação sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO.

O Memorial descritivo, projetos e especificações são elementos que se completam, devendo as eventuais discordâncias ser resolvidas pela FISCALIZAÇÃO.

Nessas especificações fica esclarecido que só será permitido o uso de materiais ou equipamentos similares aos especificados se rigorosamente equivalentes, isto é, desempenharem idênticas funções construtivas e apresentarem as mesmas características formais e técnicas e se estiver com as normas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e aprovados pela fiscalização.

De modo algum a atuação da FISCALIZAÇÃO eximirá ou atenuará a responsabilidade pela perfeição da obra em todos os seus detalhes.

Os serviços e materiais obedecerão sempre às normas e métodos pertinentes da ABNT e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Os materiais a serem empregados na prestação de serviço deverão ser novos, de primeira qualidade e obedecerão as especificações do presente memorial, às normas da ABNT no que

SECRETARIA DE TURISMO

couber e, na falta destas, ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos idôneos.

Caberá à CONTRATADA a elaboração dos desenhos “As Built” incidentes sobre todas as áreas e projetos relacionados no memorial descritivo.

Caberá à CONTRATADA acompanhar as vistorias finais da obra junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, além de conseguir todas as aprovações necessárias junto ao Corpo de Bombeiros e outros que se fizerem necessários.

2. OBJETO:

2.1. Contratação de empresa de engenharia especializada em instalação de sistema de proteção contra incêndio e Pânico credenciada no CBMERJ, com mão de obra completa e materiais necessários, para adequações da edificação denominada Parque de Exposição de Natividade-RJ, situado na Estrada Natividade / Ourânia, s/nº, Chácara do Triângulo- Fazenda do Engenho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 ENDEREÇO DO SERVIÇO: Estrada Natividade Ourânia, s/nº, Chácara do Triângulo- Fazenda do Engenho – Parque de Exposição.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. Trata-se de um serviço comum de engenharia, conforme disposto no parágrafo único do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002;

3.2. O serviço será prestado de forma não continuada;

3.3. O serviço será prestado sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de garantir segurança do imóvel locado denominado PARQUE DE EXPOSIÇÕES ocupado pela Prefeitura Municipal de Natividade-RJ para realização de grandes eventos com público superior a 05 (cinco) mil pessoas, que esteja devidamente dotado dos equipamentos e instalações adequadas à proteção e segurança contra incêndio e pânico, e regularizado junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando que não há na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano mão de obra especializada e disponível para a execução de tais serviços, muito menos profissionais habilitados no CBMERJ como determina a legislação vigente.

Considerando que prevenção contra incêndio e pânico são as ações e medidas que orientam as pessoas e diminuem a ocorrência de um princípio de incêndio e pânico. Estabelece também o comportamento que devemos adotar na emergência. O princípio de incêndio é o período inicial da queima de materiais, compostos químicos ou equipamentos, enquanto o incêndio é incipiente, este deve ser combatido com unidades extintoras. Quando não é possível ser controlado, temos um incêndio, sendo necessário ser combatido por meio de jatos de água e ou outros meios até sua extinção total.

SECRETARIA DE TURISMO

Existe, portanto, todo um processo de segurança, que parte desde o treinamento das pessoas e a instalação de equipamentos e sistemas que possam combater de maneira eficaz, qualquer manifestação que caminhe para incêndio e pânico. Conforme as medidas de segurança previstas na **Portaria CBMERJ N° 1071, de 27 de agosto de 2019**, que aprovou as notas técnicas necessárias ao cumprimento do **Decreto n° 42 de dezembro de 2018**, todas as edificações públicas ou privadas comerciais, industriais, de prestação de serviços e prédios de apartamentos residenciais, independente da sua data de construção, tem obrigatoriedade de possuir o sistema de segurança contra incêndio e pânico aprovado em análise técnica e liberado em vistoria realizada pelo Corpo de Bombeiros, que atesta a funcionalidade do sistema na edificação.

Sujeito ainda os responsáveis pelas edificações a responsabilidade civil e penal e ainda as edificações (ou seus gestores), de uma simples multa até a interdição total ao uso a que se destina. Além disso, colocar em risco a edificação e a vida dos ocupantes é um fator ainda mais agravante. Desse modo, um projeto de combate a incêndio e pânico é necessário tanto para comprovar a regularização frente ao Corpo de Bombeiros como para resguardar vidas e patrimônios em situações de descontrole do fogo.

Nesta etapa estamos iniciando a execução para implantação do Projeto de Combate a Incêndio e Pânico (PCIP) da edificação denominada Parque de Exposições para que o Município possa realizar grandes eventos a fim que se destina, conforme disponibilidade orçamentária, para isso a edificação precisará passar por algumas adequações, com implementação e instalação de equipamentos necessários para atender a legislação atual específica COSCIP no combate a incêndio e pânico segundo as normas gerais do Corpo de Bombeiro do Estado do Rio de Janeiro.

5. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

DOS MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS E INSTALADOS		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	QUANT
1.	ABRAÇADEIRA "EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO ECONOMICA (GOTA), COM 8"	10 UN
2.	CAIXA DE INCENDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA , DE SOBREPOR/EXTERNA, COM 90 X 60 X 17 CM, EM CHAPA DE ACO, PORTA COM VENTILACAO, VISOR COM A INSCRICAO "INCENDIO", SUPORTE/CESTA INTERNA PARA A MANGUEIRA, PINTURA ELETROSTATICA VERMELHA	03 UN
3.	CIRENE ROTATIVA DE ALARME DE INCÊNDIO	01 UN
4.	ADAPTADOR STROZ , EM LATÃO, ENGATE RÁPIDO 2 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2", PARA INSTALACAO PREDIAL DE COMBATE A INCENDIO	04 UN
5.	ANEL DE BORRACHA PARA JUNTA ELÁSTICA, DN 300MM	04 UN
6.	ANEL DE VEDACAO/JUNTA ELASTICA , H = *16* MM, PARA TUBO DE CONCRETO, DN 300 MM	03 UN
7.	ARRUELA DE BORRACHA PARA FLANGE, DN 100	03 UN
8.	ALARME DE INCÊNDIO 220 VAC 110DB A 1M	01 UN

SECRETARIA DE TURISMO

9.	BARRA ANTIPANICO DUPLA , CEGA EM LADO OPOSTO, COR CINZA	08 UN
10.	BARRA ANTIPANICO SIMPLES , CEGA EM LADO OPOSTO, COR CINZA	08 UN
11.	BOMBA DE INCÊNDIO , POTÊNCIA 5,0 CV, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA TRIFÁSICA, PINTURA EPÓXI NA COR VERMELHA, COM GARANTIA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DA MARCA SCHNEIDER OU SIMILAR	02 UN
12.	CAIXA D'AGUA POLIETILENO , CAPACIDADE 5.000 LITROS, COM TAMPA	02 UN
13.	CHAVE DUPLA PARA CONEXÕES TIPO STORZ, ENGATE RAPIDO 1 1/2" X 2 1/2", EM LATAO, PARA INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	03 UN
14.	CHAVE REVERSORA	01 UN
15.	CHAVE MAGNETICA 5,0 CV	01 UN
16.	CURVA LONGA , EM FERRO DN 65 (2 1/2") CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE	06 UN
17.	MANGUEIRA PARA COMBATE A INCÊNDIO EM FIBRA DE POLIESTER DE 1 1/2" FLEXÍVEIS DO TIPO 2, REVESTIDA INTERNAMENTE DE BORRACHA, CAPAZES DE RESISTIR À PRESSÃO MÍNIMA DE 20 KGF/CM², DOTADAS COM JUNTA STORZ E COM SEÇÕES DE 15 M DE COMPRIMENTO.	06 UN
18.	BOIA DE BRONZE DE 2 1/2	01 UN
19.	DISJUNTOR 40	01 UN
20.	ESGUICHO TIPO JATO SÓLIDO, EM LATÃO, ENGATE RÁPIDO 1 1/2" X 13 MM, PARA MANGUEIRA EM INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	03 UN
21.	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 4 KG, CLASSE BC	01 UN
22.	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 6 KG, CLASSE BC	02 UN
23.	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC	04 UN
24.	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A	08 UN
25.	PACOTE DE ESTOPA 400G	10 UN
26.	FITA TEFLON 50M	01 UN
27.	FLANGE 2 1/2 SOLDÁVEL	02 UN
28.	FLUIDO DO CORTE 18L	01 UN
29.	HIDRANTE DE RECALQUE COM ADAPTADOR DE 2 1/2 " X 1 1/2", COM TAMPÃO CEGO, REGISTRO GLOBO E UM TAMPÃO DE FERRO PARA PASSEIO (FERRO FUNDIDO), COM A INSCRIÇÃO DE INCÊNDIO	01 UN
30.	HIDRANTE DE COLUNA COMPLETO , EM FERRO FUNDIDO, DN = 75 MM, COM REGISTRO, CUNHA DE BORRACHA, CURVA DESSIMETRICA, EXTREMIDADE E TAMPAS (INCLUI KIT FIXACAO)	01 UN
31.	JOELHO , EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2") CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE	16 UN
32.	LUMINARIA DE EMERGÊNCIA FLORESCENTE PL-S COM DIFUSOR DE POLICARBONATO TRANSPARENTE – MODELO KOLFF STYLO –	09 UN

SECRETARIA DE TURISMO

	POTÊNCIA 9W /FLUXO LUMINOSO:220 LUMENS (lm)	
33.	LUVA , EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE	18 UN
34.	LUVA JUNTA ELÁSTICA COM ACENTO BRONZE	02 UN
35.	LUVA DE UNIÃO 2 1/2 PVC	01 UN
36.	MANOMETRO COM CAIXA EM ACO PINTADO, ESCALA *10* KGF/CM2 (*10* BAR), DIAMETRO NOMINAL DE *63* MM, CONEXAO DE 1/4"	01 UN
37.	NIPLE , EM FERRO GALVANIZADO DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE	12 UN
38.	PARAFUSO 5n/8 X 3 1n/2	36 UN
39.	PINCEL 3 POLEGADAS	02 UN
40.	PORTA CORTA-FOGO PARA SAIDA DE EMERGENCIA, COM FECHADURA, VAO LUZ DE 90 X 210 CM, CLASSE P-90 (NBR 11742)	01 UN
41.	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *20 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	08 UN
42.	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *20 X 20* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	25 UN
43.	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, UN 34,28RETANGULAR, *12 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	22 UN
44.	PRESSOSTATO 0 A 4 KGF/CM2 E 0 A 10 KGF/CM2	01 UN
45.	QUADRO DE COMANDO ELÉTRICO TRIFÁSICO COMPLETO, PARA LIGAÇÃO DA BOMBA DE INCÊNDIO 0,5 CV	02 UN
46.	REGISTRO OU VÁLVULA GLOBO ANGULAR EM LATÃO, PARA HIDRANTES EM INSTALAÇÃO PREDIAL DE INCÊNDIO, 45 GRAUS, 2 1/2" COM ADAPTAÇÃO JUNTA ENGATE SAÍDA DO TIPO STORZ	04 UN
47.	REGISTRO ALAVANCA DE 3/4	01 UN
48.	SUPORTE MÃO FRANCESA PARA TUBULAÇÃO DE INCÊNDIO	09 UN
49.	TANQUE PNEUMÁTICO	01 UN
50.	TÊ , EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2") CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE	09 UN
51.	TÊ PONTA-PONTA 65MM	01 UN
52.	TINTA ESMALTE SINTÉTICO VERMELHO -18L	01 UN
53.	TINER 3,6	02 UN
54.	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA , CLASSE MÉDIA, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	210 M
55.	VÁLVULA ALÍVIO 1.1/2"	01 UN
56.	REGISTRO DE GAVETA BRUTO , LATÃO, ROSCÁVEL, 2 1/2"	05 UN

SECRETARIA DE TURISMO

57.	VÁLVULA DE PARAGEM	01 UN
58.	VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 2 1/2"	02 UN
59.	VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 2 1/2"	02 UN

DOS ITENS A SEREM CONSTRUÍDOS DE ALVENARIA, INCLUINDO MÃO DE OBRAS E MATERIAIS NECESSÁRIOS		
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.
60.	CASA DE MÁQUINAS DE INCÊNDIO: MEDINDO 1,5 X 1,5 X 2,0M DE ALTURA, COM LAJE EM ALVENARIA, PORTA MEDINDO 0,60 X 1,80 METRO	01 UN
61.	ABRIGO DE GÁS, CAPACIDADE 03 BOTIJAS DE 13 KG	01 UN
62.	ESTRUTURA DE ALVENARIA: MEDINDO 4,20 X 4,20 X 2,0M DE ALTURA, PARA SUPORTAR 02 CAIXAS D'ÁGUA DE 5.000 LITROS CADA	01 UN
63.	FABRICAÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO DE PORTÕES E SAÍDAS DE EMERGÊNCIA (conforme detalhes abaixo)	08 UN

DETALHES PORTÃO 1

ADEQUAÇÃO DO MURO: Fazer o AFASTAMENTO/RECUO conforme o detalha no projeto;

FABRICAÇÃO e INSTALAÇÃO DE 01(um) PORTÃO: Portão de duas folhas (tubo galvanizado de 02 polegadas / chapa galvanizada nº 18) - Dimensão: 03m de largura x 03m de altura, com instalação de barra antipânico;

OBS: Com mão de obra e materiais necessários por conta da CONTRATADA;

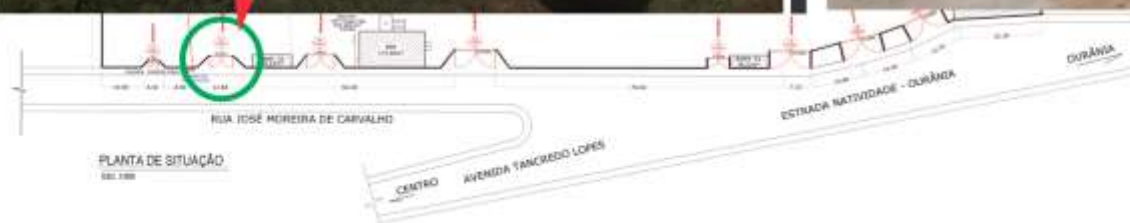


DETALHES PORTÃO 2

ADEQUAÇÃO DO MURO: Fazer o AFASTAMENTO/RECUO conforme o detalha no projeto (Saída de Emergência) ;

REFORMA e ADAPTAÇÃO DO PORTÃO: Portão de duas folhas (tubo galvanizado 02 polegadas / chapa galvanizada nº18) - medindo 06m de largura x 03 de altura, com instalação de barra antipânico;

OBS: Com mão de obra e materiais necessários por conta da CONTRATADA ;



DETALHES PORTÃO 3

ADEQUAÇÃO DO MURO: Fazer o AFASTAMENTO/RECUE conforme o detalha no projeto (Saída de Emergência);

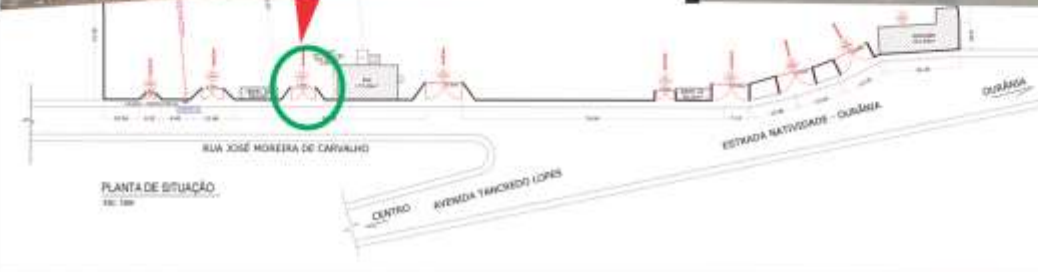
FABRICAÇÃO e INSTALAÇÃO DE 01(um) PORTÃO NOVO: Portão de duas folhas (tubo galvanizado 02 polegadas/chapa galvanizada 18) - medindo 07m de largura x 03m de altura, com instalação de barra antipânico;

OBS: Com mão de obra e materiais necessários por conta da CONTRATADA;

VISTA INTERNA



VISTA EXTERNA



DETALHES PORTÃO 4

ADEQUAÇÃO DO MURO: Fazer o AFASTAMENTO/RECUE conforme o detalha no projeto (Saída de Emergência);

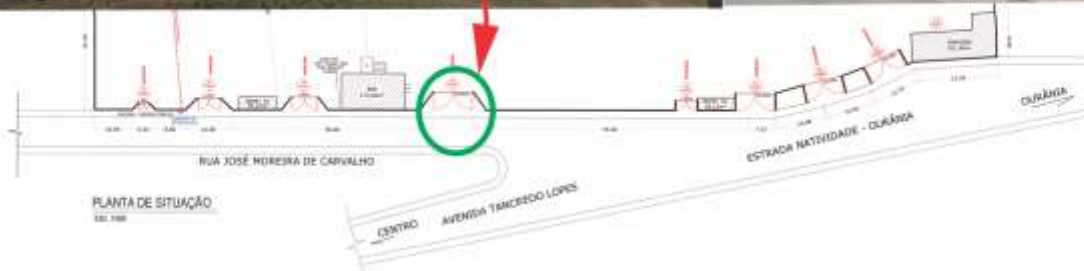
REFORMA E ADAPTAÇÃO DO PORTÃO: Portão de duas folhas (tubo galvanizado 02 polegadas/ chapa galvanizada nº 18) - medindo 10m de largura x 03 de altura, com instalação de barra antipânico;

OBS: Com mão de obra e materiais necessários por conta da CONTRATADA;

VISTA INTERNA



VISTA EXTERNA



DETALHES PORTÃO 5

ADEQUAÇÃO DO MURO: Fazer o AFASTAMENTO/RECUO conforme o detalha no projeto (Saída de Emergência);

FABRICAÇÃO e INSTALAÇÃO DE 01 (um) PORTÃO: Portão de duas folhas (tubo galvanizado 02 polegadas/chapa galvanizada nº18) - medindo 05m de largura x 03m de altura, com instalação barra antipânico;

OBS: Com mão de obra e materiais necessários por conta da CONTRATADA;



DETALHES PORTÃO 6

ADEQUAÇÃO DO MURO: Fazer o AFASTAMENTO/RECUO conforme o detalha no projeto (Saída de Emergência);

REFORMA e AMPLIAÇÃO DE 01 (um) PORTÃO: Portão de duas folhas (tubo galvanizado 02 polegadas/chapa galvanizada nº 18) - medindo 10m de largura x 03m de altura, com instalação de barra antipânico;

OBS: Com mão de obra e materiais necessários por conta da CONTRATADA;

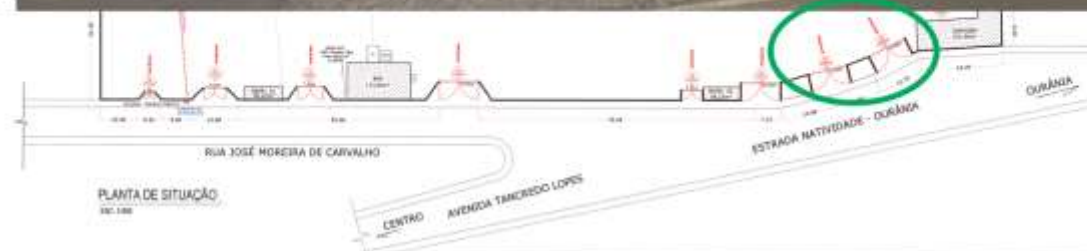


DETALHES PORTÃO 7

ADEQUAÇÃO DO MURO: Fazer o AFASTAMENTO/RECULO conforme o detalha no projeto (Saída);

FABRICAÇÃO e INSTALAÇÃO DE 02(dois) PORTÕES: Cada portão com duas folhas (tubo galvanizado (2 polegadas/chapa galvanizada) - medindo 10m de largura x 3m de altura, com instalação de barra antipânico;

OBS: Com mão de obra e materiais necessários por conta da CONTRATADA;



5.1. A instalação de sistema de proteção contra incêndio e Pânico como mão de obra e materiais necessários, terá que ser executado pela CONTRATADA obedecendo-se às normas do COSCIP, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e outras regulares pertinentes e de acordo com este TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos, bem como o Edital e seus anexos.

6. DA METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. Atender às especificações técnicas que constam no Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, conforme plantas do projeto aprovadas pelo CBMERJ, e à legislação pertinente;

6.1.2. Atender às quantidades definidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

6.1. REGIME DE EXECUÇÃO:

6.2. O serviço será executado sob regime de execução indireta, licitação do tipo menor preço, mediante EMPREITADA INTEGRAL por preço global, de acordo com o disposto na alínea “a”, do inciso II do art. 10 da Lei nº 8.666/93.

7. COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1. As proponentes deverão apresentar os seguintes documentos a título de verificação de sua qualificação técnica:

7.1.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente que se dará pela apresentação da Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, da empresa licitante, conforme Resolução 266/79 do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), demonstrando situação regular na data de apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais.

7.1.1.1 Caso a licitante seja de outro estado da federação, será necessário o visto do CREA-RJ, na assinatura do contrato e/ou recebimento da nota de empenho.

7.1.2. Apresentação de credenciamento da empresa licitante no Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro para execução de Projeto de Combate a Incêndio e Pânico.

Justificativa: atendimento de requisito previsto em lei especial (art. 30, Inciso IV lei nº 8.666/1993). No caso concreto, legislação do Estado do Rio de Janeiro, conforme definida no item III - Art.35, do Decreto nº 42, de 17 de dezembro de 2018.

7.1.3. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante executado serviços com características técnicas semelhantes e pertinentes com os serviços de instalação de saída de emergência, sinalização, casa de máquina, canalização preventiva e iluminação de emergência, bem como com os demais serviços definidos neste Termo de Referência, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

7.1.3.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

7.1.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da prestação de serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação;

7.1.5. A comprovação de que o(s) profissional(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica acima elencados (7.1.4) é(são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita através de cópia de

sua(s) ficha(s) de registro de empregado, ou da(s) Certidão(ões) de Registro do CREA , ou do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, ou do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de vínculo entre a licitante e o(s) profissional(is) qualificado(s).

7.6.1 Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social da licitante comprovará o vínculo.

7.6.1.1 O vínculo do profissional qualificado não precisa, portanto, ser necessariamente trabalhista ou societário. É suficiente a existência de um contrato de prestação de serviço ou, ainda declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado.(Acórdão nº 529/2018 e 1447/15-Plenário).

7.1.6. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

7.1.7. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

8.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto desta Licitação serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) e um substituto, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, conforme determina o art. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993;

8.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei nº. 8.666/1993;

8.3. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1. A execução dos serviços iniciará em até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato.

9.2. O prazo de execução dos serviços será de 35 (trinta e cinco) dias corridos.

9.3. O prazo de vigência do Contrato será de 210 (duzentos e dez) dias corridos;

9.4. A vigência do Contrato poderá ser prorrogada desde que ocorra alguma das situações previstas no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;

10. DA VISTORIA:

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar, obrigatoriamente, vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim. A realização da vistoria será comprovada pelo documento de Atestado de Vistoria que deverá assinado pelo servidor responsável, conforme modelo do (**ANEXO XIII**), do Edital.

10.2. As visitas poderão ser realizadas por qualquer preposto, mediante prévio agendamento pelo telefone (22) 3841-1051, até data marcada para realização do certame, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas, no Setor de Engenharia da PMN, 1º andar, na Praça Ferreira Rabelo, nº 04, Centro, Natividade-RJ.

10.3. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante. (**ANEXO XI**), do Edital.

10.4. Quaisquer dúvidas quanto a requisitos, condições e/ou especificações acima, deverão ser levantadas e transmitidas à Comissão Permanente de Licitação através do e-mail licitacao@natividade.rj.gov.br.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

11.10.1. Tramitar todo o processo de vistoria no CBMERJ para obtenção do Certificado de Aprovação Assistido;

11.11. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos necessários, de acordo com as normas vigentes, na qualidade e quantidade conforme especificações exigidas;

12.2. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica de seus empregados, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

12.3. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.6. Apresentar, após a conclusão do serviço, em até 05 (cinco) dias úteis, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT à Prefeitura Municipal de Natividade-RJ dos equipamentos de combate a incêndio instalado com validade de 12(doze) meses;

12.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.8. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Natividade-RJ, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados.

12.9. Cumprir, no que for cabível, as determinações da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, relativas às práticas de sustentabilidade.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO:

13.1. É permitida a subcontratação até 100% (cem por cento) para mão de obra dos serviços de alvenaria e serralheria, sendo (abertura e adaptações das saídas de emergências, construção da casa de máquina e construção da estrutura para o recebimento de duas caixas de 5000 litros, abrigo de gás/central GLP e fabricação/adaptação dos portões de saída de emergência),

13.2 Não será permitida a subcontratação dos itens de instalação de sistema de proteção contra incêndio e Pânico;

13.3 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste TERMO DE REFERÊNCIA.

15.4. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.5. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.6. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.7. O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.8. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.9. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO:

16.1. Os serviços somente serão recebidos definitivamente após a verificação/aceitação pela CONTRATANTE, mediante a aprovação do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PCIP) pelo CBMERJ com emissão do CERTIFICADO DE APROVAÇÃO ASSISTIDO.

16.1.1. A verificação / aceitação de que trata o item 16.1 se justifica pela necessidade em cumprir a legislação de prevenção e combate a incêndio e pânico, dentre elas a Portaria CBMERJ N° 1071, de 27 de agosto de 2019, que aprovou as notas técnicas necessárias ao cumprimento do Decreto N° 42 de dezembro de 2018.

16.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

16.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela CONTRATANTE, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n° 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

17.1.5. cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. Multa de:

17.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor

adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato;

17.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

17.3. As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3, 17.2.4 e 17.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS:

18.1 A CONTRATADA obriga-se a empregar todos os equipamentos/maquinários e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços. Para a sua utilização, deverão ser observadas todas as recomendações com relação à segurança do trabalho contidas nas normas do Ministério do Trabalho.

18.2 A CONTRATADA deverá verificar periodicamente as condições de uso dos diversos equipamentos, não se admitindo atraso no cumprimento de etapas em função do mau funcionamento de qualquer equipamento. Os equipamentos somente poderão ser operados por profissionais especializados, a fim de se evitar acidentes.

18.3 Caso seja necessário o uso de algum equipamento que não seja de propriedade do construtor, este será obrigado a sublocá-lo imediatamente, visando não se observar atrasos na execução dos serviços.

19. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA:

19.1 A CONTRATADA se obriga a manter na obra todos os equipamentos de proteção individual - "E.P.I." - necessários à execução dos serviços, sendo estes em bom estado de conservação.

19.1.1 Fica estabelecido ainda que o CONTRATANTE não possa ser responsabilizado por qualquer acidente ocorrido em execução de algum serviço da obra.

20. DO PAGAMENTO:

20.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Natividade - RJ em até 30 (trinta) dias corridos, após aceitação dos serviços executados e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal que deverá ser atestada pelo Fiscal do Contrato.

20.2. A CONTRATADA deverá encaminhar a Nota Fiscal, para Secretaria Municipal de Turismo, através do email turismo@natividade.rj.gov.br;

20.3. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Natividade-RJ por meio de depósito em conta corrente, através de ordem bancária.

20.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

20.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Prefeitura de Natividade-RJ.

20.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da FUNARTE, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO:

21.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução desde objeto.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS:

22.1. O custo estimado global para a prestação dos serviços é de **R\$ 240.142,50** (Duzentos e quarenta mil e cento e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

24.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta das seguinte dotação orçamentária:

GESTÃO/UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO;

3.3.90.36.00: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

004.004: ROYALTIES FEDERAL

25. ENTREGA DO SERVIÇO:

25.1 O serviço deverá ser entregue em perfeito estado de funcionamento, limpeza e conservação. Toda sobra de qualquer material deverá ser retirado da local pela contratada.

26. EQUIPAMENTOS A EMPREGAR:

26.1 Todos os equipamentos a empregar na prestação de serviço deverão comprovadamente, ser de primeira qualidade, satisfazendo rigorosamente as condições estipuladas nas Ebs (Especificações Técnicas) da ABNT e especificações a seguir.

27. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

27.1 As obras serão obrigatoriamente vistoriada por engenheiro responsável técnico, podendo a pedido da FISCALIZAÇÃO, juntamente o Secretário Municipal de Turismo, permanecer em tempo integral no canteiro de obras. Pelo engenheiro responsável técnico deverão ser feitas todas as comunicações entre a FISCALIZAÇÃO e a prestadora de serviço. Também poderá a FISCALIZAÇÃO a seu critério exigir a substituição de qualquer profissional que não esteja se portando de acordo com a posição que ocupa. Serão empregados profissionais em número compatível com o bom andamento dos serviços, de comum acordo com a FISCALIZAÇÃO. A vigilância do serviço será de exclusiva competência da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE nenhuma responsabilidade sob qualquer fato ocorrido neste sentido.

28. MOVIMENTO DE TERRA:

28.1. Serão abertas valas para colocação da armação e posterior concretagem da área de adaptação dos portões.

28.2. As aberturas e escavações deverão ser executadas de acordo com as indicações do projeto.

28.3. Todo o entulho e material resultante da demolição e escavação deverá ser retirado do local e transportado para um depósito provisório em uma distância de aproximadamente 2,0 km.

29- FUNDAÇÃO:

29.1 As perfurações deverão ocorrer até que seja possível encontrar solo capaz de suportar os esforços provenientes da construção a ser executada.

30 – ESTRUTURA:

31.1. Toda a estrutura do Muro para abertura e adaptação dos portões de saídas de emergências será executada de acordo com projeto estrutural e arquitetônico (**ANEXO XVI**), obedecendo as Normas Vigentes.

31- ENTREGA DA OBRA:

31.1 O Serviço deverá ser entregue em perfeito estado de funcionamento, limpeza e conservação. Todo o entulho deverá ser retirado da obra pela contratada.

32- MATERIAIS A EMPREGAR:

32.1 Todos os materiais a empregar na prestação de serviço deverão comprovadamente, ser de primeira qualidade, satisfazendo rigorosamente as condições estipuladas nas Ebs (Especificações Técnicas) da ABNT e especificações a seguir.

32.2 Nas especificações abaixo será sempre usada a abreviatura “ABNT” para designar a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.

1- Aço

Deverá obedecer a EB-3/ABNT e ser homogêneo quanto às características geométricas e mecânicas, apresentando-se isento de defeitos prejudiciais como bolhas, fissuras, esfoliações e corrosão. Deverá ser armazenado, de preferência, ao abrigo das intempéries e não deverá repousar diretamente no solo.

Serão do tipo CA-50 e CA-60, conforme indicação constante no projeto estrutural.

2- Para Concretos

Deverá satisfazer à EB-4 (agregados para concreto) da ABNT.

3- Agregado Graúdo

Deverá ser utilizada a pedra britada número 1, proveniente de rochas sãs, com arestas vivas e isentas de substâncias nocivas ao seu emprego, tais como torrões de argila, material pulverulento, gravetos e outras.

Sua composição granulométrica deverá se enquadrar no especificado na EB-4 da ABNT.

4- Agregado miúdo

Deverá ser utilizado, como agregado miúdo, a areia natural quartzosa, com grãos inertes e resistentes, limpa e isenta de impurezas e matéria orgânica, com uma granulometria que se enquadre no especificado na EB-4 da ABNT. O agregado miúdo será usado para concretos e argamassas, portanto deverá obedecer também as especificações abaixo.

5- Água

A água destinada ao amassamento das argamassas e concretos deverá obedecer ao disposto nos artigos 79 e 80 da NB-1 (cálculo e execução de obras de concreto armado) da ABNT.

Deverá ser limpa e praticamente isenta de óleos, álcalis, ácidos, sais, materiais orgânicos e outras impurezas.

6- Argamassas

As argamassas serão preparadas sob cobertas e em tabuleiros de madeira, no traço 1:3 de cimento e areia.

Deverá satisfazer às exigências da ABNT. Quanto às impurezas, será média (grãos variáveis de 0,5mm a 2,5mm mais ou menos) ou fina, conforme o destino de sua aplicação.

7- Cimento

Todo cimento deverá ser de fabricação recente, só sendo aceito na obra quando chegar com o acondicionamento original, isto é, com embalagem e rotulagem de fábrica, intacto. O cimento para concretos e argamassas deverá satisfazer rigorosamente à EM-1 (cimento Portland comum) da ABNT.

8- Madeira

Toda madeira, de emprego provisório para moldes e escoramento serão de pinho do paraná, em tábuas, caibros, escora de eucalipto com as dimensões necessárias aos fins a que se destinem.

9- Arame

Será homogêneo, fibroso, tenás e dútil, com carga mínima de ruptura de 1700kg/m2.

27. DOCUMENTOS ANEXOS:

27.1. Em atendimento ao disposto no Art. 47 da lei nº 8666 de 21 de junho de 1993, além do Edital e deste Termo de Referência, serão fornecidos aos licitantes os seguintes elementos:

- **ANEXO I:** Termo de Referência;
- **ANEXO II:** Modelo de Carta de Credenciamento;
- **ANEXO III:** Modelo de Declaração pra MEI, ME EPP;
- **ANEXO IV:** Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- **ANEXO V:** Modelo de Declaração de Ilícitos Trabalhistas;
- **ANEXO VI:** Modelo de Elaboração de Proposta Independente;
- **ANEXO VII:** Modelo de Atestado de Vistoria;
- **ANEXO VIII:** Modelo Minuta do Contrato;
- **ANEXO IX:** Modelo de Proposta;
- **ANEXO X:** Declaração de Fatos Supervenientes;
- **ANEXO XI:** Modelo de Declaração de Conhecimentos do local da Obra;
- **ANEXO XII:** Modelo de Declaração de Disponibilidade para futura contratação;
- **ANEXO XIII:** Modelo de Declaração de Não Possuir Parentes na PMN;
- **ANEXO XIV:** Memorial Descritivo;
- **ANEXO XV:** Projeto arquitetônico aprovado pelo CBMERJ;

Natividade-RJ, 05 de abril de 2022.

Júlio César Ramos Barbosa
Secretário de Turismo